



## **MENSAGEM**

Do: Chefe do Poder Executivo

Ao: Presidente da Câmara de Vereados e demais membros.

Senhor Presidente,

Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 011/2023.

Considerando a necessidade contínua de modernização e aprimoramento das normas que regem a Administração Pública Municipal e visando garantir um serviço público eficiente, transparente e comprometido com os princípios da eficácia e da meritocracia, apresentamos o presente Projeto de Lei Complementar, que tem por finalidade alterar o Estatuto no que se refere ao estágio probatório, bem como criar gratificação por encargo para remuneração dos servidores que participarem das comissões de estágio probatório e de procedimento administrativo disciplinar.

No caso, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, foi promulgado com o objetivo de estabelecer as regras e diretrizes para a relação de trabalho entre o Poder Público e seus servidores. Entretanto, é imperativo reconhecer que, ao longo dos anos, as dinâmicas do serviço público e as demandas da sociedade têm evoluído, tornando necessário ajustar as normas que regem o funcionalismo público.

Assim, a implementação do presente Projeto de Lei Complementar trará diversos benefícios, tais como: valorização do mérito, serviço público de qualidade, transparência e eficiência, sendo que a aprovação deste projeto contribuirá significativamente para uma gestão pública mais eficiente, eficaz e, por consequência, valorizando seus cidadãos.

Diante do exposto, solicitamos a análise e a apreciação do presente Projeto de Lei pelos membros desta Casa Legislativa, visando o aprimoramento contínuo da nossa Administração Pública e o atendimento das demandas da sociedade.

Sem mais para o momento, reitero os votos de consideração e apreço.

Gabinete do Prefeito de São Carlos/SC, 24 de agosto de 2023.

**RUDI MIGUEL SANDER**  
Prefeito Municipal





**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.**

ALTERA O ESTATUTO DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO, DAS AUTARQUIAS E  
FUNDAÇÕES, DISPÕE SOBRE O  
ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS  
SERVIDORES EM CARGO EFETIVO,  
CRIA GRATIFICAÇÕES E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**RUDI MIGUEL SANDER**, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que encaminha para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar:

**Art. 1º.** Ficam alterados os artigos 20 a 22 da Lei Complementar n. 9 de 02 de setembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 20-A** Os servidores aprovados em concurso público, nomeados para provimento de cargo efetivo, se sujeitarão obrigatoriamente a estágio probatório pelo período de 36 meses e passarão, durante este período, por avaliações especiais de desempenho, com o objetivo de verificar-se o preenchimento dos requisitos para a aquisição de estabilidade no cargo.

**Parágrafo único.** Ao assumir outro cargo de provimento efetivo nesta mesma entidade ou ente municipal, o servidor, estável ou não, se sujeitará a novo estágio probatório no cargo para o qual foi nomeado.

**Art. 20-B** A contagem do tempo de estágio probatório ao servidor dar-se-á se este estiver sob exercício efetivo do cargo.

§ 1º Em caso de permuta ou cedência, se o servidor manter o mesmo cargo e as mesmas funções poderá permanecer no estágio probatório, desde que a outra entidade realizar as avaliações necessárias.

§ 2º Situações que suspendem o estágio probatório:

I - As Funções de Confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em Comissão, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

II – Licenças por motivos de: doença em pessoa da família; licença para candidatura a cargo político; licença-maternidade, licença-paternidade e à adotante;

III – Afastamento para exercício de mandato eletivo;

IV – Afastamentos diversos do exercício do cargo igual ou superior a 10 (dez) dias de trabalho, exceto: férias, participação em cursos e/ou treinamentos, prestação de serviço de jurado em júri popular, folga decorrente de serviço eleitoral mediante convocação da Justiça Eleitoral, afastamento para doação de sangue.





§ 3º Cessando as causas de suspensão previstas nos incisos do parágrafo anterior, o estágio probatório será retomado, sem prejuízo da contagem do tempo anterior, com as respectivas avaliações especiais.

#### **DA COMISSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**Art. 20-C** A Comissão de Estágio Probatório, criada por designação do Prefeito Municipal, através de decreto ou portaria, será composta por no mínimo 5 (cinco) servidores estáveis que possuam ensino superior completo, podendo desempenhar as atribuições pelo período de até 4 (quatro) anos.

§ 1º Após fim do período exercido, terá prazo de 30 (trinta) dias para nomear nova comissão. Caso ocorra a vacância, de algum dos membros, no prazo de 30 (trinta) dias deverá ser nomeado novo servidor para integrar a comissão.

§ 2º Aos membros da Comissão de Estágio Probatório haverá pagamento de Gratificação por encargo no valor de 25% (vinte e cinco por cento) do nível XI, do anexo III, do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar n. 002/2018 de 26 de março de 2018.

**Art. 20-D** A Comissão é o órgão responsável por coordenar o desenvolvimento do Estágio Probatório, orientar as chefias sobre as avaliações a serem feitas e validar os conceitos atribuídos à performance do servidor, além do seguinte:

- I – Participar do planejamento do Estágio Probatório em conjunto com a Secretaria em que receberá os novos servidores;
- II – Acompanhar o estágio probatório para identificar intercorrências que exijam intervenção;
- III – Receber e validar as avaliações do Estágio Probatório, no tempo devido, orientando as chefias sobre os retornos aos servidores;
- IV – Apreciar requerimentos derivados do exercício do contraditório e da ampla defesa do servidor, julgar recursos e dar retorno ao servidor;
- V – Fomentar a integração de novos servidores, com a realização de cursos e palestras de capacitação para uso dos sistemas disponíveis ao Município.

#### **DA AVALIAÇÃO**

**Art. 21-A** Durante o período do estágio probatório, o servidor será avaliado com base nos seguintes requisitos, entre outros, necessários à aquisição de estabilidade no cargo para o qual foi nomeado:

- I – Responsabilidade: avaliando-se o comportamento e ação do servidor em relação as responsabilidades e obrigações do cargo, zelo por materiais e patrimônio público;
- II - Assiduidade e Pontualidade: avaliando-se a frequência, pontualidade e a permanência no local de trabalho;
- III - Disciplina: avaliando-se o comprometimento do servidor sobre as atribuições do cargo e observância e respeito a hierarquia funcional;
- IV – Eficiência e produtividade: capacidade de ser efetivo, de alcançar o resultado pretendido. Verificação da qualidade do trabalho realizado, conhecimento e domínio da função.
- V - Capacidade de Iniciativa: avaliando-se a contribuição do servidor em iniciativas de inovação, na realização de tarefas na ausência de ordens do chefe imediato ou em situações inesperadas;
- VI – Idoneidade Moral: considerando-se a seriedade, confiabilidade, ética profissional e boa conduta.
- VII – Relacionamento Interpessoal: avaliando-se o comportamento do





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

servidor em relação ao clima organizacional, maneira de atendimento ao público interno e/ou externo, disponibilidade e cooperação.

**§ 1º.** Fica dispensado da análise do inciso II, os servidores que não se submeterem ao controle de jornada, nos termos de Decreto do Chefe do Poder Executivo. Nestes casos, estará o servidor sujeito a avaliação de produtividade, de acordo com as peculiaridades de seu cargo.

**§ 2º.** A avaliação de desempenho será efetuada de acordo com os seguintes critérios para os fatores previstos nos incisos I a VII, elencados no *caput*:

I. 1 ponto: insatisfatório, se o desempenho do servidor está muito abaixo do nível desejado para o cargo;

II. 2 pontos: insatisfatório, se o desempenho do servidor aproxima-se do nível desejado, mas ainda aquém do mesmo.

III. 3 pontos: satisfatório, se o desempenho do servidor atende às expectativas para o cargo;

IV. 4 pontos: muito satisfatório, se o desempenho do servidor atende completamente aos requisitos do cargo.

V. 5 pontos: plenamente satisfatório, se o desempenho do servidor supera as exigências para o exercício ao cargo, evidenciando qualidades excepcionais.

**Art. 21-B** As avaliações serão realizadas ao final de cada semestre de efetivo exercício do servidor, totalizando 6 (seis) avaliações.

**Parágrafo único.** O período de avaliação será contado da data em que o servidor entrar em efetivo exercício no cargo para o qual foi nomeado.

**Art. 21-C** O período de estágio probatório ficará suspenso na hipótese de afastamento preventivo ou suspensão aplicada em decorrência de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância punitiva.

**Parágrafo único.** A instauração de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância deverá ser imediatamente comunicada ao Departamento de Gestão de Pessoas.

**Art. 21-D** A avaliação do servidor em estágio probatório será realizada semestralmente pela chefia imediata, acompanhada da Comissão de Estágio Probatório e assistência do Departamento de Gestão de Pessoas.

**Art. 21-E** Em caso de impedimento ou suspeição do avaliador, a avaliação será realizada por seu superior hierárquico, ou não havendo, a Comissão definirá o avaliador substituto.

**§ 1º** Há impedimento, caso o avaliador seja:

I – Cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau do avaliado;

II – Ser sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica que também faça parte o avaliado;

III – Autor ou réu em ação judicial, inquérito policial ou qualquer procedimento extrajudicial que envolva a pessoa do avaliado;

**§ 2º** Há suspeição do avaliador:

I - Amigo íntimo ou inimigo do avaliado;

II - Quando o avaliado for seu credor ou devedor, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau;

**§ 3º** As situações de impedimento ou suspeição do avaliador poderão ser manifestadas pelas partes avaliadora e/ou avaliada e dirigidas formalmente à Comissão de Estágio Probatório, a qual proverá





decisão negativa ou de acatamento.

**§ 4º** Caso ambas as partes, avaliadora ou avaliada, não se manifestarem em relação ao parágrafo anterior, mas a Comissão de Estágio Probatório identificar situação existente dos parágrafos 1º e 2º, poderá proferir decisão e escolha de substituição de avaliador.

**§ 5º** Caso arguido a suspeição ou o impedimento, a comissão de Estágio Probatório deverá oportunizar que o avaliador se manifeste, por escrito, no prazo de 3 (três) dias, a contar do requerimento.

**Art. 21-F** Findo o período de avaliação, no prazo de até 30 (trinta) dias a Comissão de Estágio Probatório elaborará e encaminhará ao Departamento de Gestão de Pessoas, o relatório conclusivo das avaliações especiais de estágio probatório, contendo entre outras informações, a pontuação obtida e o resultado de aprovação ou reprovação.

#### DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E DO RECURSO

**Art. 22-A** O servidor avaliado será cientificado do resultado de cada avaliação semestral pela Comissão de Estágio Probatório.

**Art. 22-B** Caso não concorde com o resultado da avaliação, o servidor poderá pedir reconsideração de nota no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de sua ciência.

**Parágrafo único.** O avaliador não poderá modificar a nota em desfavor do servidor.

**Art. 22-C** O pedido de reconsideração será encaminhado ao avaliador que atribuiu a nota, o qual no prazo de 5 (cinco) dias, deverá analisar os argumentos apresentados pelo servidor e adotar um dos seguintes procedimentos:

I - Reconsiderar a avaliação e atribuir nova nota às questões com recursos; ou,

II - Manter a nota anterior e justificar seus motivos, fundamentando sua decisão em fatos concretos.

**Art. 22-D** Do resultado do pedido de reconsideração caberá recurso à Comissão de Estágio Probatório.

**§ 1º** O recurso de que trata o *caput* deste artigo deverá ser formalizado por meio de requerimento e encaminhado à Comissão de Estágio Probatório no prazo de 15 (quinze) dias contado da data da ciência do resultado do pedido de reconsideração.

**§ 2º** Após recebimento do recurso do parágrafo anterior, a Comissão de Estágio Probatório terá 15 (quinze) dias para analisar e proferir decisão a respeito do mesmo, podendo requisitar documentos e efetuar diligências complementares, bem como oitivas de testemunhas, do avaliado e do avaliador.

#### DO ACOMPANHAMENTO

**Art. 22-E** Após a investidura do servidor no cargo para o qual foi nomeado, o Departamento de Gestão de Pessoas deverá iniciar o processo de acompanhamento do estágio probatório, no qual serão juntadas ou registradas as avaliações e os documentos pertinentes.

**Art. 22-F** Considerar-se-á como desempenho satisfatório o servidor que atingir pontuação média igual ou superior a 60 (sessenta) por cento do pontos na nota final de cada critério de avaliação.

**Art. 22-G** O servidor que não preencher alguns dos requisitos durante as avaliações de estágio probatório, deverá receber orientação adequada para que possa corrigir as deficiências.

**Art. 22-H** Apurado em 03 (três) avaliações consecutivas ou alternadas resultado insatisfatório, considerar-se-á a reprovação no







estágio probatório e procedida a exoneração do servidor.

**Art. 22-I** Encerrado o período de estágio probatório, no prazo de 30 (trinta) dias, a Comissão de Estágio Probatório emitirá parecer no processo de acompanhamento, opinando pela aquisição de estabilidade do servidor no cargo ou por sua exoneração.

**§ 1º** No caso de parecer pela exoneração do servidor, a Comissão de Estágio Probatório determinará:

**I** - A identificação do servidor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente defesa, em petição fundamentada, com os documentos que entender convenientes e a indicação das provas que pretende produzir; e

**II** - A retorno dos autos à Comissão de Estágio Probatório para instrução e análise da defesa e das provas apresentadas pelo servidor.

**§ 2º** A Comissão de Estágio Probatório poderá indeferir motivadamente as provas que entender indevidas, as que sejam notadamente protelatórias ou que tenham por fim apenas tumultuar o andamento do processo.

**Art. 22-J** Quando verificar a necessidade de oitiva do servidor avaliado, dos avaliadores ou de testemunhas, a Comissão de Estágio Probatório intimará o servidor avaliado da data, hora e local da audiência com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, devendo ele comparecer acompanhado das testemunhas por si arroladas, se houver, limitadas a 3 (três).

**Art. 22-K** Após a completa instrução do processo, no prazo de 15 (quinze) dias, a Comissão de Estágio Probatório elaborará novo parecer circunstanciado e decidirá pela aquisição ou não da estabilidade.

**§ 1º.** Contra tal decisão caberá recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da ciência do resultado final.

**§ 2º.** O Prefeito Municipal, no caso do parágrafo anterior, decidirá no prazo de 15 (quinze) dias.

**Art. 22-L** São independentes entre si o processo de acompanhamento do estágio probatório e os Procedimentos Administrativos Disciplinares e de Sindicâncias.

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 22-M** Ao fim do estágio probatório, após conclusão e emissão do parecer final da Comissão de Estágio Probatório:

**I** - No prazo de 30 (trinta) dias, será concedida a estabilidade ao servidor aprovado por meio de portaria editada para esta finalidade.

**II** - No caso de reprovação, a exoneração do servidor dar-se-á na data de recebimento do parecer final definitivo da Comissão de Estágio Probatório ou decisão do Prefeito Municipal, pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

**Art. 22-N** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Estágio Probatório, com apoio do Departamento de Gestão de Pessoas e/ou do Setor Jurídico do Município.

**Art. 22-O** O(s) questionário(s) de avaliação especial para fins de Estágio Probatório serão estabelecidos por meio de regulamento próprio e poderão sofrer alterações de melhorias conforme necessidade da Administração Municipal.

**Art. 22-P** Os servidores efetivos que já contarem com mais de 3 (três) anos de serviço prestados e que ainda não foram submetidos à





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

avaliação de estágio probatório pela Administração, serão avaliados em avaliação única, com base nos serviços prestados nos últimos 6 (seis) meses, sendo a eles aplicadas as demais disposições acima.

**Art. 22-Q** O servidor com deficiência será avaliado de acordo com as suas limitações físicas, não podendo tal condição servir como fundamento de nota depreciativa em qualquer hipótese.

**Parágrafo único.** No caso do *caput*, os efeitos da estabilidade retroagirão à data em que o servidor completou 3 (anos) de efetivo trabalho prestado ao Município, considerando-se as hipóteses de suspensão.

**Art. 2º** Fica acrescido ao artigo 144 da Lei Complementar n. 9 de 02 de setembro de 2013 o § 3º com a seguinte redação:

§ 3º Aos servidores membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar haverá pagamento de Gratificação por Encargo no valor de 25% (vinte e cinco por cento) do nível XI, do anexo III, do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº 002/2018 de 26 de março de 2018.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Carlos/SC, em 24 de agosto de 2023.

**RUDI MIGUEL SANDER**  
Prefeito Municipal

